



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 339/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1655/2014 (03 volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Serviço de Pronto Atendimento e Policlínica Dr. José de Jesus Lins de Albuquerque - SPA José Lins.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sra. Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza, Diretora Geral do SPA Dr. José Lins - Exercício de 2013.

6- Unidade Técnica: DICADI – Relatório Conclusivo nº 14/2015 (fls. 398/407).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 439/2015-MP-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 409/410v).

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas. SPA – Dr. José Lins. Exercício 2013.

Contas regulares com ressalvas. Recomendação à Origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas as Contas Anuais do Serviço de Pronto Atendimento e Policlínica Dr. José de Jesus Lins de Albuquerque, exercício de 2013, sob responsabilidade da Senhora Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza, Diretora e ordenadora de despesas, à época, nos termos do art. 1º II, art. 22, II e art. 24, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE) c/c o art. 188, II, §1º, II da Resolução nº 04/2002–R/TCE, considerando as ocorrências das restrições constantes na instrução;

9.2- Recomendar à origem:

9.2.1- Maior presteza e zelo em relação às Prestações de Contas futuras, para que não se repitam as falhas demonstradas no Relatório Conclusivo e no Parecer Ministerial, cujas cópias reprográficas deverão ser remetidas àquela Unidade de Saúde;

9.2.2- Que observe o determinado nos art. 2º, 24, 25 e 26 da Lei Federal nº 8.666/93, para compras e/ou serviços que poderiam ser realizados de uma só vez, contrariando o art. 24, II, do mesmo diploma Legal;

9.2.3- Criação de Controle Interno, conforme exigência contida no art. 10, III da Lei Estadual nº 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE-AM) c/c o art. 77 do Decreto Estadual nº 7.682/83.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 339/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 27 de maio de 2015.

12- Especificação do quórum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral